

(Do Sr. Roberto Santiago)

Solicita informações do Senhor Ministro da Defesa a respeito da aquisição de navios-patrolha e fragatas Inglesas usadas.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50 § 2º, da constituição Federal, e no art. 115, Inciso 1º, do Regimento Interno, solicito a Vossa Excelência que seja encaminhada ao senhor Ministro da Defesa o seguinte pedido de informações:

JUSTIFICATIVA

O Plano de Articulação e Equipamentos da Marinha do Brasil –PAEMB- prevê uma série de aquisições de material dentro de um plano estruturado e que tem como fundamentos (1) a adequação do material às funções julgadas necessárias a defesa naval brasileira, (2) a absorção de tecnologia pelas diferentes instituições de desenvolvimento tecnológico brasileiro, desde os organismos de pesquisa até as empresas brasileiras de defesa, (3) a otimização dos custos de operação dos equipamentos adquiridos, e a crescente independência de produtos sujeitos as normas do Regulamento Internacional sobre Compra e Venda de Equipamentos Militares – ITAR – para redução de nossa dependência em tecnologia militar.

O PAEMB é resultado de uma longa reflexão dos diferentes protagonistas da Defesa Nacional, dentre os quais se destaca a Marinha, evidentemente, mas que compreende hoje em dia áreas mais amplas da realidade nacional, dentre as quais a área de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia, Relações Exteriores, Assuntos Estratégicos, e os componentes da Comunidade de Inteligência e Informação interna e externa do País.

No debate que ocorreu na Câmara dos Deputados entre 2006 e 2008, bem como mediante sucessivos requerimentos de informação ao Ministério da Defesa sobre o tema, hoje vencedor, da conveniência da construção pelo Brasil de submarinos nucleares, as respostas recebidas, na época, eram muito parecidas em seu espírito, às que foram dadas recentemente aos Requerimentos de Informação número 1324 e 1325/2011, i. e., refletiam uma visão restrita da realidade das necessidades nacionais, e foram superadas em fins de 2007 quando ficou claro que organismos de reflexão dos altos interesses do Estado Brasileiro viam os temas então abordados pelos parlamentares de modo diametralmente opostos àquelas respostas recebidas.

Dentre as reações à nova postura brasileira de desenvolver seus submarinos nucleares, formou-se um grupo *ad-hoc* de embaixadores de alguns países europeus no Brasil para influenciar contrariamente a esse desenvolvimento. Interesses como petróleo no Atlântico Sul, situação nas Malvinas e postulações brasileiras na aplicação do Tratado de Montego Bay motivaram essa mobilização.

O desenvolvimento harmonioso da nova política de defesa nacional, vinculada aos altos interesses do Estado Brasileiro após madura reflexão, não representavam aspectos de visão individual do então ocupante da pasta da Defesa. A batalha pela sua implantação, tanto nos reflexos doutrinários, quanto nas transformações estruturais, tem sido um raro tema de unanimidade nacional, quer no Poder Executivo, quer no Legislativo, quer na imprensa, quer no mundo acadêmico.

A imprensa tem noticiado (O Estado de São Paulo, 12/12/2011) a “compra de oportunidade de três navios de patrulha oceânica construídos originalmente para Trinidad e Tobago, e mais quatro fragatas desativadas pela marinha inglesa. O Brasil, segundo a imprensa, se dispõe apressadamente a aproveitar a “oportunidade” e alterar seu plano a longo prazo e comprar produto que parece se destacar por seu “preço de ocasião”. Chama a atenção que esse tipo de embarcação já fora objeto de tentativa de venda não bem sucedida a Brunei e a Malásia. Fica parecendo que só após o infortúnio da BAE Systems em Trinidad Tobago essas corvetas se tornaram atraentes para o Brasil, ao ponto de se planejar a aquisição de mais cinco unidades.

Na época do debate interno brasileiro sobre a aquisição de submarinos convencionais, em 2007 e 2008, alegava-se que a não recepção pela Grécia do submarino Papanicolau por defeitos técnicos do submarino se devia a problemas financeiros gregos, o que tinha grande verossimilhança, e particularmente com aquilo que se constatou anos mais tarde. O mesmo que se alega hoje do lado britânico em relação a Trinidad e Tobago.

Os eventos gregos posteriores, entretanto, demonstraram, com o escândalo Ferrostaal de 2010 e 2011, em todos os jornais europeus há 12 meses, que os gregos tinham razão nos vícios redibitórios do submarino, e que soluções criminosas foram tentadas para obter a aceitação a qualquer custo. Trinidad e Tobago tem argumentado continuamente que as OPVs não estão conforme a sua especificação.

Na resposta aos Requerimentos de Informação 1324 e 1325/2011 é declarado que embora tenhamos um programa de aquisições em andamento, e metas nacionais de soerguimento da pesquisa, desenvolvimento e construção de material bélico, o que foi magnificamente demonstrado pela MP 544/2011 recém enviada pela Presidente Dilma Rousseff ao Congresso Nacional, estaremos dispostos a comprar tudo aquilo que se apresente como de boa ocasião no mercado internacional, adotando a velha postura de compradores de rejeito e nos condenando a um re-equipamento em retalhos de nosso Poder Naval.

A reclamação recente da Romênia de ter adquirido equipamento da BAE – British AeroSpace a preço ‘inconveniente’ e custos operacionais altíssimos deveria servir de alerta às chamadas compras de oportunidade, com o risco de constituirmos uma frota não pelo planejamento refletido e maduro, e sim pelas oportunidades dos vendedores.

Outro progresso importante que constatávamos nas compras brasileiras no exterior era o papel reduzido dos financiamentos no estímulo às motivações de compra. Parece que voltamos agora, e em área tão sensível quanto a da Defesa Nacional, a achar que financiado pode tudo se comprar, sem atentar demasiado a outras considerações. Assim compramos no passado muitas coisas que serviram mais aos que nos venderam do que a nós, que as compramos. Juca Chaves imortalizou uma delas com sua irreverente verve.

Assim sendo, solicitamos os seguintes esclarecimentos:

1. É de conhecimento da nossa Marinha quais os motivos que levaram o governo de Trinidad Tobago a não efetivarem a compra desses equipamentos?

- 1.A É do conhecimento da Marinha que equipamentos similares foram, também, rejeitados pelos governos de Brunei e da Malásia?
 - 1.B Em relação às corvetas, sabe a Marinha quais as razões que levaram os governos da África do Sul, Colômbia, Índia e Turquia a não efetivarem as aquisições?
 - 1.C Segundo matéria de O Estado, negocia-se, também, com a BAE Systems a compra de quatro fragatas usadas TYPE 22 Série 03, sendo que três poderiam entrar em ação e uma seria mantida como banco de peças, parte e componentes. Qual o custo previsto? E quais as vantagens para o Brasil? E a tão falada transferência de tecnologia, como ficaria?
2. Qual a razão do tipo de embarcações, previstas de ser construída no Brasil, ser importada e quais as motivações que levaram à reversão dessa posição, excluídos o de preço e oportunidade?
3. Qual entidade fez a oferta à Marinha do Brasil dos equipamentos em questão: a BAE empresa privada, ou o governo Britânico?
4. Qual o cronograma de negociações encetadas entre o governo Brasileiro e os vendedores dessas chamadas OPVs, e que mais se aproximam de corvetas, sejam eles quais forem?
5. Quem se encarregará da construção das cinco corvetas suplementares que seriam construídas no Brasil? Será BAE quem escolherá seu parceiro?
6. Elas serão utilizadas para fiscalizar as eventuais plataformas de empresas britânicas na exploração do petróleo oceânico brasileiro?
7. Qual a razão do Brasil não estimular a construção, para o mesmo fim que as OPVs britânicas, da corveta Barroso, orgulho da engenharia naval brasileira?
8. Como a importação de navios já fabricados afeta o programa de estímulo ao desenvolvimento de uma indústria naval autônoma? E quantos empregos deixarão de ser criados no Brasil com essa possível importação?

9. Levando-se em conta que a construção de OPVs dessas dimensões se realiza em 2 anos, segundo especialistas, quais as metas de seu Ministério que seriam prejudicadas se tal construção fosse realizada no Brasil em lugar de importar prontas essas corvetas britânicas?
10. A Marinha do Brasil coletou informações detalhadas de especificações, custo, transferências de tecnologia em outros países? Quais foram os resultados dessa pesquisa? E quais os elementos que poderiam justificar um preço de aquisição mais conveniente de corvetas prontas da BAE?
11. Foi ou será realizada uma auditoria operacional e estrutural dessas corvetas antes de sua eventual compra para evitar vícios redibitórios de difícil solução posterior?

Se foi, informar as conclusões, e se não foi feita a auditoria qual a justificativa para sua não realização?

Sala de Sessões, em ____ de _____ 2011

Deputado Roberto Santiago